

Como a juventude se relaciona com a democracia: compreensões com base em pesquisas

HUMBERTO DANTAS

RODRIGO ESTRAMANHO DE ALMEIDA

INTRODUÇÃO

■ O presente ensaio consiste em um exercício de compreensão sobre como o jovem na cidade e na região metropolitana de São Paulo se relaciona com a democracia em termos de confiança e participação nas instituições, bem como analisa o impacto de uma ação específica de formação política, investigando as possíveis contribuições que a atividade pode proporcionar na formação da opinião do público jovem.

O sentido deste exercício de compreensão e da avaliação de uma intervenção educacional se coloca frente aos desafios da superação de uma cultura política que valoriza tópicos desfavoráveis à democracia que se materializam em “atitudes de indiferença, apatia e distanciamento da arena política, e na crença de que não há nada que se possa fazer para mudar o atual estado de coisas” (Baquero, 2001, p. 98), o que parece ser o pano de fundo dos resultados da pesquisa *O jovem e a política na cidade de São Paulo*, realizada pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo – FESPSP, em agosto de 2014, tema da primeira parte do ensaio.

Na segunda parte são analisados os resultados de avaliação de um conjunto de 10 cursos de Iniciação Política promovidos pela Fundação Konrad Adenauer em 2014, tendo como público alvo principal jovens estudantes da rede pública, participantes de projetos sociais de diferentes organizações do terceiro setor.

Ao final, o intuito é buscar uma relação entre os resultados colhidos na pesquisa da FESPSP e nos cursos da KAS-Brasil, a partir dos quais parece possível apostar em hipótese associada ao fato de que jovens ouvidos nas ruas reproduzem

aspectos de descrença encontrados em pesquisas de opinião realizadas com faixas etárias mais amplas, mas são capazes de reconhecer que ações de educação política podem ser relevantes em sua formação cidadã.

O JOVEM NA CIDADE DE SÃO PAULO E A POLÍTICA: ATITUDE DESFAVORÁVEL À DEMOCRACIA

■ Em agosto de 2014, o Núcleo de Pesquisas em Ciências Sociais da FESPSP, realizou um *survey* cujo objetivo foi o de captar a atitude (o que pensam), e o comportamento (o que fazem), os jovens residentes na cidade de São Paulo em relação às instituições políticas.¹

Planejada com intervalo de confiança de 95% e margem de erro de três pontos percentuais, a pesquisa coletou em diferentes pontos de fluxo da capital paulista a opinião de 1.130 jovens residentes na cidade. O intervalo etário utilizado foi baseado naquele definido no Estatuto da Juventude, instituído pela Lei 12.852 de 5 de agosto de 2013, no qual “são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade” (Brasil, 2013)².

Duas perguntas nortearam o inquérito: a) qual o nível de confiança do jovem residente na cidade de São Paulo nas instituições políticas? e; b) qual o nível de participação política do jovem da cidade?

Em relação à primeira pergunta denominamos confiança o sentimento de segurança, de firmeza que o indivíduo sente em relação ao sucesso, ao desempenho de uma dada instituição na realização de suas atividades, cuja finalidade pública visa à promoção do bem comum³. Ao tratar, pois, da confiança do jovem em relação a uma dada instituição política, como, por exemplo, o governo estadual,

1 Trata-se da pesquisa O jovem e a política na cidade de São Paulo: confiança e participação nas instituições. Disponível em: <http://www.fespssp.org.br/pesquisa/pesquisas-fespssp>. Acessado em mar.2015.

2 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm. último acesso em mar.2015.

3 “Em linguagem comum, *confiança* designa segurança de procedimento ou crença em outros com quem interajo e convivo. Nas ciências sociais, o interesse pelo conceito está associado à preocupação com os processos informais através dos quais as pessoas enfrentam incertezas e imprevisibilidades decorrentes da crescente complexificação da vida que caracteriza o mundo globalizado, interdependente e crescentemente condicionado por avanços tecnológicos. Essa situação implica em conhecimento limitado sobre os processos de tomada de decisões coletivas e as ações de governos que afetam a vida das pessoas.(...) e, nas últimas décadas, o conceito vem sendo usado para designar grande variedade de fenômenos sociais e políticos que, malgrado colocar os atores envolvidos em situação de risco, se refere à coesão social necessária ao funcionamento das sociedades complexas, desiguais e diferenciadas.” (MOISÉS, 2005, p.82-83)

objetivamos saber se o entrevistado declarava uma atitude favorável, dizendo se confia ou confia totalmente nas realizações da instituição ou desfavorável, isto é, se não confia ou confia parcialmente.

Já a segunda pergunta que norteou a composição do inquérito está relacionada ao comportamento. O jovem paulistano participa, isto é, atua em uma ação conjunta, contribui na realização de atividades em uma dada instituição política, tal como um partido ou movimento? Assim “o temo participação, tomado em sentido estrito, poderia ser reservado para situações em que o indivíduo contribui direta ou indiretamente para uma decisão política” (Sani, 1998, p. 888).

Quanto ao conceito de instituição – que aparece tanto na primeira, confiança, quanto na segunda linha, participação, norteadora da pesquisa – diz respeito aos “padrões regularizados de interação que são conhecidos, praticados e aceitos regularmente (embora não necessariamente aprovados normativamente) por agentes sociais dados que, em virtude dessas características, esperam continuar interagindo sob as regras e normas incorporadas nesses padrões” (O’Donnell, 1991, p. 25).

Correspondentes a esta definição apresentamos aqui descrições estatísticas de confiança de jovens nos poderes executivo, legislativo e judiciário, bem como em instituições de força legítima tais como as forças armadas e as polícias federal, militar e civil; e a participação e confiança dos jovens nos partidos políticos e nos movimentos sociais.

Do ponto de vista mais propriamente político os jovens foram indagados sobre a confiança na classe política, independentemente das instituições. Uma questão foi elaborada, também, para verificar a participação dos jovens da cidade de São Paulo em manifestações, fenômenos cada vez mais comuns desde junho de 2013.⁴

A seguir apresentamos os dados socioeconômicos da amostra total de indivíduos entrevistados e, logo após, os percentuais de participação e confiança dos jovens paulistanos nas instituições. A ideia básica é formar um quadro descritivo em relação às questões até aqui apresentadas à guisa de gerar alguma problematização sobre a cultura política do jovem na cidade de São Paulo.

4 Em julho de 2013 ocorreram várias manifestações que levaram milhares de pessoas para as ruas das principais capitais do país. As denominadas ‘jornadas de junho’ tiveram início em São Paulo com as ações do movimento Passe Livre, cuja pauta era se opor ao aumento nas passagens de ônibus da capital. Antipartidárias, as passeatas logo ganharam a adesão de milhares de jovens e a agenda atomizou-se em diversas demandas que iam do fim da corrupção às melhorias na saúde e educação. Sobre o assunto ver: Ortellado; Judensnaider; Lima; Pomar, 2013 e Gohn, 2014.

Perfil dos entrevistados

■ Dos 1.130 casos válidos obtidos na pesquisa, 585 são de indivíduos do sexo masculino (51,8%) e 545 (48,2%) do sexo feminino e, seguindo o já observado parâmetro etário do estatuto da juventude⁵, foram entrevistados indivíduos com idade declarada entre 15 e 29 anos.

O conjunto dos dados demonstra que pouco mais da metade dos casos (51,5%) é formada por jovens com idade entre 15 e 20 anos. Na faixa etária considerada ideal para o curso do ensino médio que vai dos 14 aos 17 anos, estão pouco mais de 20% dos casos e, aqui, para os propósitos do ensaio, vale ressaltar que esta é, também, a faixa onde não há obrigatoriedade do voto. Já os jovens adultos – dos 18 aos 29 anos – entre os quais o voto passa a ser obrigatório, somam 58% da amostra. Isto quer dizer que mais da metade dos jovens entrevistados são por direito/obrigação, segundo os parâmetros da legislação brasileira, eleitores.

Em relação à escolaridade dos entrevistados verifica-se que entre os não eleitores (15 anos) não há analfabetos, grande parte (83%) tem o ensino fundamental completo e quase 10% deles declararam possuir o ensino médio completo. Já entre os eleitores facultativos (16 a 17 anos), 15% têm o ensino médio completo e 80% possuem o fundamental.

Quando observados os dados de escolaridade dos jovens adultos que são eleitores pode-se notar que pouco mais de 34% possuem ensino médio completo e outros 24% estão cursando o ensino superior. Ademais, 14% interromperam a faculdade e 13% a concluíram. Assim, considerando os que declararam cursar ou ter cursado graduação somados aos que disseram cursar ou estar cursando pós-graduação, pode-se afirmar que 55% dos entrevistados estão, passaram pelo ou concluíram o ensino superior. Apenas 2% dos entrevistados com idade entre 18 e 29 anos declararam não ter o ensino fundamental completo e não chega a 11% o percentual de jovens entrevistados que possuem apenas o ensino fundamental.

Aqui a intenção ao descrever esses dados sobre escolaridade separados em eleitores facultativos e plenos é porque supomos que a educação formal, o nível de escolaridade, é item importante no que diz respeito à formação da opinião dos sujeitos, sobretudo quando a opinião está relacionada a assuntos da política, tais como a participação e confiança nas instituições⁶.

5 Ver nota 4.

6 Sobre a relação escolaridade e democracia ver Virginio, 2012 e Schlegel, 2010. O primeiro propõe que existe relação direta entre o avanço da democracia e uma educação que qualifica para o debate público. Nesta proposta a formação política do professor é fundamental para a constituição

Quanto à ocupação, 72% dos jovens entrevistados declararam estar desenvolvendo alguma atividade remunerada – formal ou informal – ou estar procurando emprego (10%). Fora do critério de economicamente ativos estão 22% dos casos e a parte majoritária desses últimos só estudam (20%).

Pode-se afirmar, pois, que os níveis de participação e confiança que serão aqui apresentados advêm de uma amostra cujo nível de escolaridade e ocupação pode ser considerado acima da média nacional⁷ e que a maior parte dos entrevistados é formada por cidadãos políticos plenos, uma vez 60% exercem o direito obrigatório do voto.

PARTICIPAÇÃO E CONFIANÇA

■ Segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral, há, no Brasil, pouco mais de 15 milhões de pessoas filiadas a partidos políticos, isto é, mais ou menos 10% do eleitorado nacional. Na cidade de São Paulo são 8.782.406 eleitores e, destes, 527.881 são filiados a partidos políticos (6%). O eleitorado jovem na cidade corresponde a aproximadamente 36% do total⁸.

Entre os 1.130 jovens entrevistados, 29 disseram ser filiados a algum partido político⁹. Considerando a margem de erro da pesquisa pode-se ponderar que o percentual de jovens residentes em São Paulo filiados a partidos políticos pode chegar perto de 6%. Assim, a proporção de jovens eleitores residentes em São Paulo que dizem estar filiados a algum partido político não está muito distante

de um processo educacional voltado ao avanço da cidadania. Já o segundo aponta que a escolarização crescente no Brasil não representou um acréscimo nos níveis de politização da sociedade, pelo contrário. Ainda, sobre educação política e democracia ver Dantas, 2010 e, também, o dossiê *Educação política: reflexões e práticas democráticas* no *Cadernos Adenauer*, a.11, n. 3, 2010.

7 Sobre esse aspecto ver Klix, Tatiana. Só metade dos jovens de 18 a 24 anos conclui o ensino médio. IG, São Paulo, 17.09.2010. Disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/so+metade+dos+jovens+de+18+a+24+anos+conclui+o+ensino+medio/n1237778307974.html> último acesso em mar.2015 e IBGE: 37,9% dos jovens brasileiros abandonam estudos; na Europa, índice é de 16,9%. UOL, São Paulo, 28.11.012. Disponível em: <http://educacao.uol.com.br/noticias/2012/11/28/jovem-brasileiro-abandona-duas-vezes-mais-a-escola-que-estudante-europeu-segundo-ibge.htm>. Último acesso em mar.2015.

8 Dizemos aproximadamente, pois no banco de dados do Superior Tribunal Eleitoral o total de eleitores jovens na cidade de São Paulo está considerada na faixa de 16 a 34 anos, diferente da faixa considerada neste ensaio. Os percentuais foram obtidos por meio das estatísticas do eleitorado disponíveis no portal do TSE. <http://www.tse.jus.br/eleitor/estatisticas-de-eleitorado/estatisticas-de-eleitorado> acessado em mar.2015.

9 PT(14), PSDB(4) e PSTU (3) somam 72% dos casos. PSOL e PSS com 2 filiados cada e PMDB, PV, PSC e PtdoB com 1 filiado cada.

das médias gerais da cidade ou do país. Não obstante, é preciso lembrar que se tomarmos os dados de outras pesquisas de opinião sobre participação, os partidos registram 3% de filiados, e, também é de comum acordo entre líderes partidários que muitas dessas filiações são feitas sem o consentimento do eleitor.¹⁰

Em uma realidade onde a filiação partidária é historicamente baixa, o percentual encontrado na pesquisa não surpreende e vem tão somente confirmar o que já se sabe: o vínculo formal dos cidadãos brasileiros com os partidos políticos é pouco expressivo, e isso se aplica também ao estrato jovem da população no município de São Paulo.

Outra pergunta referente à participação política dizia respeito aos movimentos sociais. Quando indagados sobre se participavam regularmente de alguma atividade de militância em movimento político ou social, 8,4% dos entrevistados responderam positivamente. Frente à resposta positiva foi perguntado a qual movimento eram ligados e mais de duas dezenas de organizações foram citadas, mas apenas cinco dessas produziram percentuais acima de três pontos: movimento estudantil (6,3%), movimento feminista (5,3%), movimento passe livre (4,2%), *green peace* (4,2%) e movimento pela legalização da maconha (3,2%). Destes dados pode-se depreender que a participação do jovem na cidade de São Paulo em movimentos sociais é um pouco maior que o número de jovens filiados a partidos políticos, pois, considerando a margem de erro pode chegar a 12%. Em todo caso o percentual é bastante discreto, ainda mais quando comparado ao percentual de jovens que disseram ter participado de algum tipo de manifestação no último ano, 41%, independentemente de liderança e/ou orientação partidária ou de organizações do movimento social.

Os números levam a pensar que apesar da participação dos jovens em manifestações na cidade de São Paulo ser bastante expressiva, elas não ocorrem por meio do envolvimento formal “em” ou “com” instituições políticas típicas. Ainda, os dados sobre confiança nas instituições políticas colaboram na compreensão do fenômeno¹¹ e vale lembrar que o tom geral das manifestações ocor-

10 Em especial aqui merece destaque a pesquisa da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) realizada e divulgada em 2008 com 1.502 entrevistas sobre confiança nas instituições. Em questão sobre participação social e política 5% dos respondentes afirmavam fazer parte de partidos políticos.

11 Ver também as pesquisas nacionais do Datafolha (2014) e do IBOPE (2013) sobre confiança nas instituições cujos resumos estão disponíveis, respectivamente, em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/07/forças-armadas-e-pf-sao-instituicoes-mais-confiaveis-diz-datafolha.html> e <http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Paginas/Cai-a-confiança-dos-brasileiros-nas-instituicoes-.aspx>. Acessado em mar.2015

ridas desde junho de 2013 era antipartidário e contra as instituições políticas tradicionais.¹²

Ao serem indagados sobre se confiavam totalmente, confiavam, confiavam em parte ou não confiavam nos partidos políticos e nos políticos em geral os jovens demonstraram níveis baixos de confiança. Como se pode notar pelo gráfico 1, a quantidade de indivíduos que disseram confiar totalmente nos partidos ou nos atores políticos não ultrapassa 1%. Ainda, apenas 6% disseram confiar nos partidos e 4% nos políticos. Pouco mais de um terço dos entrevistados disseram confiar parcialmente e a grande maioria disse desconfiar tanto dos partidos quanto dos políticos.

GRÁFICO 1. Confiança dos jovens paulistanos nos políticos e nos partidos

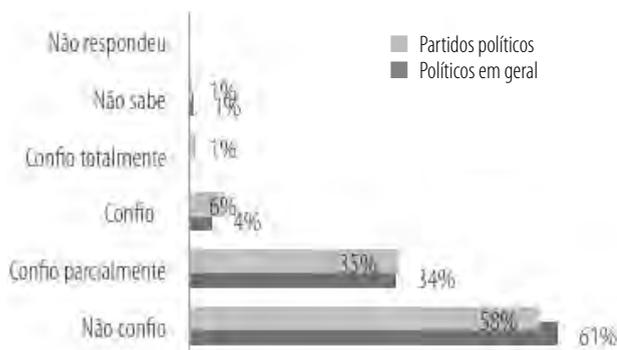
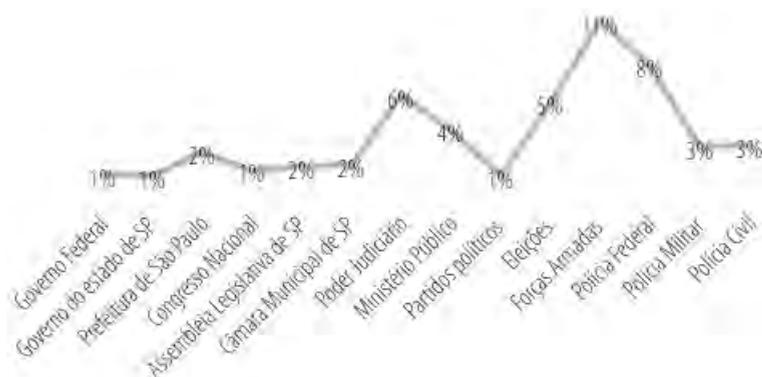


GRÁFICO 2. Confiança dos jovens paulistanos nas instituições



12 Ver nota 6.

A guisa de obter um índice de confiança geral, comparando todas as instituições avaliadas no inquérito, separamos os percentuais apenas em relação à resposta que indicava confiança total. Entre as 14 instituições avaliadas, apenas uma – forças armadas – ultrapassou 10% das respostas. E, num ranking, a polícia federal alcança o segundo lugar (8%) e o poder judiciário o terceiro, com 6% das respostas que indicam confiança total.

Pela análise dos dados, a despeito de uma clara ausência de confiança plena no conjunto de instituições apresentado, pode-se depreender que a atitude do jovem residente em São Paulo é mais favorável em relação às instituições de controle e justiça do que às instituições cujo significado está mais próximo da representação, leia-se da democracia, pois nenhuma das instituições cuja investidura é possibilitada pelas eleições majoritárias ou proporcionais alcançou pontuação superior a 3% de confiança total. Aqui, os dados parecem indicar que o comportamento e a atitude dos jovens na maior e mais complexa cidade do país não destoam do que é comum à cultura política brasileira: a preferência pela autoridade, antes da representação; a confiança antes em instituições cuja natureza é hierárquica, do que naquelas cujo sentido é o da democracia.¹³

Não obstante o comportamento político do jovem na cidade (embora rarefeito na participação em partidos e movimentos sociais) encontre algum lugar em manifestações, sabemos que estas ocorreram e ainda ocorrem sem lastro específico, com caráter difuso e agenda atomizada. O único mote comum destas talvez seja o que também se verifica na pesquisa: a descrença nas instituições e nos atores políticos. Talvez daí a maior confiança nas instituições hierárquicas e de controle, supostamente capazes de ordenar aquilo que gera desconfiança.¹⁴

Frente a uma cultura política cuja atitude do jovem tende a ser de reforço da autoridade e descrença na democracia, seria a educação política um instrumento para a mudança de atitude e revisão do comportamento? E, ainda, como o jovem vê seu papel em relação à vida política do país? O próximo tópico de nosso ensaio

13 Este aspecto da cultura política brasileira foi já bastante ventilado pelo pensamento social do século XX no país. Apreciação concisa do tema foi feita por Baquero, 2001. Sobre autoridade e hierarquia na cultura brasileira ver Da Matta, 1980, Chauí, 2000 e o capítulo final de Faoro, 2001.

14 Nas recentes manifestações ocorridas em 15 de março de 2015, contra a corrupção e contra o governo Dilma Rousseff, podia-se ver centenas de manifestantes de diferentes faixas etárias hasteando faixas e cartazes conclamando intervenção militar, pedindo a volta da ditadura ou maiores poderes à polícia federal. Há dezenas de imagens e vídeos disponíveis na internet e podem ser facilmente localizados nos mecanismos de busca.

consiste numa análise de ação do tipo, verificando seu impacto na opinião do jovem sobre política.

O OLHAR DO JOVEM NO CONTEXTO DE UMA ATIVIDADE DE INICIAÇÃO POLÍTICA

■ Diferentemente da pesquisa da FESPSP, que tinha como objetivo compreender a confiança e a participação do jovem paulistano nas instituições, construindo amostras e respeitando aspectos metodológicos e estatísticos, os números trazidos aqui advêm da avaliação que um conjunto de jovens fez de atividades de educação política desenvolvidas pela Fundação Konrad Adenauer desde 2009 em bairros periféricos da Região Metropolitana de São Paulo. Trata-se de um conjunto de dez cursos anuais de Iniciação Política. A atividade teve início em parceria da organização alemã com um programa denominado Centro de Integração da Cidadania (CIC) do governo do estado de São Paulo. Inicialmente foram formados, em dois anos (2009 e 2010), cidadãos das comunidades que vivem no entorno desses equipamentos sociais estaduais. A partir de 2011 o foco se voltou para escolas públicas de ensino médio próximas desses centros. E por fim, em 2013 e 2014, o curso passou a atender jovens participantes de programas desenvolvidos por organizações não-governamentais cujo objetivo é, principalmente, o preparo para o mercado de trabalho.

Os resultados apresentados aqui dialogam com os questionários preenchidos em 2014 por 559 jovens ao longo das atividades que foram realizadas entre março e setembro. As organizações atendidas estão localizadas em bairros da capital, sobretudo da periferia, e em uma cidade da Grande São Paulo, a saber: Suzano (duas turmas), Parada de Taipas (uma turma), Jardim São Jorge (duas turmas), Jardim Internacional (uma turma), Itaim-Paulista (duas turmas), além de uma turma em ONG no centro da capital e do atendimento a um projeto social da Escola de Artes e Comunicação (ECA) da USP, realizado na Cidade Universitária.

Ao longo das atividades, distribuídas em três encontros de três horas cada um, os participantes tomaram contato com conceitos e percepções suprapartidárias acerca de: democracia, ética, divisão dos poderes, esferas de poder, participação social, cidadania e políticas públicas. Em todos os encontros o conteúdo é dividido igualmente entre aulas expositivas e dinâmicas de conceituação, quando os alunos são divididos em grupos, respondem questões e expõem os resultados para os demais. O fechamento das atividades em cada um dos dias do curso guarda relação com a tentativa de os participantes perceberem como suas respostas po-

dem contribuir para uma reflexão mais ampla, estimulando atitudes e buscando compreender a importância da política em nosso cotidiano.

Os resultados sobre a percepção desses alunos acerca da política são captados ao término do curso por meio do preenchimento de um formulário de avaliação. Isso representa dizer que as visões aqui analisadas já sofreram o impacto de ações específicas de educação no campo da política. Esse ponto pode ser importante para o estabelecimento de comparações com a pesquisa da FESPSP. Não é, entretanto, a intenção dessa parte do trabalho fazer essa conexão. As relações entre os resultados das pesquisas serão tratados na parte seguinte desse artigo. Mas que fique claro que os jovens aqui analisados estão sob o impacto de uma atividade, o que nos impossibilita de dizer que suas visões podem representar sentimentos mais amplos sobre como o estudante enxerga a política.

Para os fins desse trabalho, inicialmente é interessante a apresentação das características gerais do público que respondeu aos questionários. No que diz respeito ao gênero, 46% são homens e 54% são mulheres, desequilíbrio já apontado em pesquisas desde o início da década passada, indicando que as meninas têm estado em maioria discreta, e semelhante a esta, nas fileiras do ensino médio. Em relação à idade, 91% têm entre 14 e 18 anos. Se considerarmos que essa é uma idade bastante esperada para alunos dessa etapa da educação, será possível perceber características importantes desse grupo específico de cidadãos. Assim, reforça essa ideia o fato de 86% dos respondentes, ou seja, dos participantes das atividades, estarem no primeiro (49%), segundo (23%) ou terceiro ano (14%) do ensino médio. Por fim, é importante destacar que 94% dos participantes não trabalham, algo bastante esperado aqui, uma vez que parte expressiva dos projetos sociais visitados têm suas atividades no contraturno escolar, dificultando o desenvolvimento de ações profissionais regulares. Em resumo, diante das características apontadas, podemos afirmar que a visão sobre política trazida nessa parte do estudo tem como base: jovens impactados por ação de educação política, com idades entre 14 a 18 anos, estudantes do ensino médio na rede pública e moradores de regiões periféricas da Grande São Paulo que não trabalham. O que pensam sobre política? Como se relacionam com alguns valores democráticos?

A primeira questão relevante acerca desse desafio está associada à forma como os jovens dizem buscar informações sobre política. Numa lista de nove itens os respondentes podiam marcar livremente todas as opções condizentes com suas atitudes cotidianas diante da pergunta: “quais as principais fontes que você utiliza para obter informações sobre fatos políticos?”. Primeiramente os resultados devem ser compreendidos à luz de princípio democrático descrito por Dahl

(2001). O autor entende como pressuposto para o bom desenvolvimento da democracia a existência de “fontes alternativas de informação”, o que representa a existência de canais que transcendam a informação oficial. Tal existência deve servir ao público, ou seja, seria bastante razoável compreender em que medida os jovens buscam mais de um canal de informação. Nesse sentido, ideal seria que o formulário ofertasse a possibilidade de verificar se dentro de um mesmo canal apontado – televisão, por exemplo – o jovem varia os canais disponíveis, o mesmo servindo para tantos outros meios. Apesar de tal limitação, a média de canais apontados pelos jovens é de 3,9, ou seja, diante de um conjunto de nove alternativas os jovens utilizam pouco menos da metade delas, o que é bastante relevante. Variáveis que poderiam explicar essa aproximação com os canais de informação são gênero e idade. A primeira registra igualdade absoluta: entre meninos e meninas a média de canais apontados é rigorosamente a mesma, ou seja, 3,9. No que diz respeito à idade algo diferente do se poderia esperar em relação ao interesse pela política ocorre: os estudantes de 14 anos registram média de 4,3 canais. O número cai para 3,9 entre os jovens de 15 anos, 3,8 para aqueles entre 16 e 17 anos e 3,7 para os estudantes de 18. O fenômeno certamente mereceria maior atenção.

Individualmente o destaque maior fica por conta da televisão, citada por 88% dos respondentes. Em seguida aparecem os cursos e atividades educacionais com 59%. A escola, no entanto, apresentou apenas 29%, o que indica que essa temática, por mais que tenha relevância significativa para a formação dos estudantes, não é algo que seja tratado no local esperado para a formação da cidadania (a escola), mas em ambientes externos, como os projetos sociais nos quais esses jovens, em especial, estão envolvidos. Nesse caso, fica a impressão, sob a forma de hipótese e ser confirmada, que parcelas expressivas de estudantes da rede pública (e até mesmo privada), que não participam de projetos sociais como aqueles atendidos pelos cursos ou ações semelhantes, não terão contato com conteúdos políticos mais formais.

Os canais mais modernos de comunicação, aos quais se atribuem pesos expressivos na nova forma de a sociedade se informar atualmente aparecem com intensidade significativa, mas abaixo do que se poderia esperar, tendo em vista o peso da internet entre os jovens: os sites obtiveram 53% de citações e as redes sociais foram destacadas por 44% dos respondentes – isso representa supor que por mais ligado que estejam à internet, parcelas expressivas dos jovens não a utiliza, regularmente, para obtenção de informações políticas. Em contrapartida, canais mais tradicionais como o rádio (19%) e as revistas (19%) registraram resultados muito baixos, sendo superados por um terceiro canal clássico que é o

jornal (48%). O último canal apresentado aos alunos foi a conversa, e 30% deles assinalaram esse item. A baixa adesão pode sugerir que a política não é “assunto” entre os jovens, ou ao menos não são vistas (as conversas) como forma de se informarem.

Na questão seguinte outra forma bastante relevante de os cidadãos se relacionarem com a política: a adesão ou simpatia com os partidos políticos. Pesquisas recentes têm mostrado afastamento crescente da sociedade com esses canais de representação. O Índice de Confiança Social do Ibope¹⁵ mostra que entre 2009 e 2010 pouco mais de 30% dos cidadãos afirmavam confiar nas legendas – número já considerado baixo, e preocupante se considerarmos que tais organizações detêm o monopólio da representação eleitoral no país.

Entre 2011 e 2014, no entanto, esses números pioraram, atingindo o mais baixo resultando em 2013, com 25% de confiança – fenômeno que pode ter sido motivado pelos manifestos daquele ano. As próprias legendas reconhecem o desafio e não são incomuns campanhas de filiação no rádio e na TV, por meio do uso de propaganda partidária gratuita. Ainda assim, entre os jovens participantes dos cursos, e cujas opiniões estão sendo avaliadas aqui, 74% afirmaram não simpatizar com qualquer legenda – valor semelhante ao que o Ibope afirma não confiar nelas. Entre os que confiam ou são filiados (apenas cinco jovens, ou menos de 1% dos respondentes) o destaque fica por conta do PT e da polarização com o PSDB, citado por contingente expressivamente inferior. Assim, dos 146 simpatizantes ou filiados, 60% se alinham com os trabalhadores, 18% com os tucanos e o restante se espalha entre a “não citação de uma sigla em especial” e os demais partidos. Mais uma vez, a variável pode ser explicada em relação à idade de forma inesperada: quanto mais jovem maior a simpatia pelas legendas. Entre os estudantes de 14 e 15 anos os números se aproximam de 30%, entre aqueles de 17 e 18 anos fica próxima dos 15%. Esse resultado pode sugerir que o distanciamento está associado à maturidade? Trata-se de mais uma hipótese a ser testada em estudos mais avançados. Já em relação ao gênero, novamente, não existem diferenças.

A terceira questão associada ao interesse dos jovens pela política guarda relação com o uso que eles entendem que farão dos conteúdos vistos ao longo dos cursos realizados pela Fundação Konrad Adenauer. Aos jovens eram apresentadas opções e eles podiam marcar até três delas, num total de oito alternativas. O destaque absoluto fica por conta da utilização enquanto eleitor: 81%. Isso representa

15 Pesquisa realizada pelo Ibope anualmente, os resultados do Índice de Confiança Social podem ser conhecidos no link <http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Paginas/Ap%C3%B3s-queda-acentuada-em-2013,Indice-de-Confianca-Social-se-estabiliza.aspx> acessado em março de 2015.

dizer que em contato com informações sobre política os jovens reconhecem que tais conteúdos lhes serão úteis para o aprimoramento de seus direitos políticos. Um bloco formado por questões educacionais vem em segundo lugar, e os jovens reconhecem que vão utilizar tais conteúdos na escola (42%), no ENEM (38%) e/ou na faculdade (37%). Diante desses quatro primeiros resultados fica a dúvida: por que parcelas expressivas dos estudantes brasileiros são formadas sem conteúdos políticos nas escolas se reconhecem a importância de informações dessa natureza para seus respectivos cotidianos? Ao que tudo indica parece bastante possível afirmar que aos olhos dos jovens existe a percepção de que a educação política lhes pode ser bastante útil. As demais opções dessa terceira questão não sensibilizaram mais de 30% dos alunos.

Na quarta questão do formulário um conjunto de oito sentenças visava à avaliação das atividades do curso. A despeito do aparente objetivo de avaliar o curso, o que não seria o foco desse artigo, alguns pontos chamam a atenção e reforçam hipóteses anteriores sobre a relação do jovem com a democracia. As perguntas estimulavam os jovens a apontarem a intensidade de suas percepções em relação às frases. Assim, podiam indicar se concordavam plenamente ou em partes com cada afirmação, ou ainda se discordavam nesses mesmos graus de intensidade (plena ou parcialmente). As respostas permitem uma tabulação capaz de gerar índices de concordância. À posição “discordo totalmente” é dado zero ponto e à resposta “concordo totalmente” três pontos – discordar parcialmente vale um e concordar parcialmente vale dois. Com base em médias e cálculos de percentuais é possível verificar a intensidade do grupo em relação a cada frase. A tabela 1 mostra os resultados e merece avaliação sobre seus números.

TABELA 1 – Índice de concordância com sentenças sobre as ações de formação política

Sentença	Índice de concordância
O curso deve continuar a ser oferecido	96,6%
Recomendo o curso para outros jovens	96,5%
Curso trouxe muitos conhecimentos novos	92,2%
Dinâmicas estimulam a participação no curso	90,5%
Professores são neutros em suas posições	88,4%
Curso mudou minha forma de entender a política	84,0%
Formato do curso é adequado	81,7%
Passei a procurar mais informações políticas	76,8%

As três primeiras sentenças mostram que para além dos conhecimentos novos trazidos os jovens reconhecem com grande intensidade a importância das atividades, as recomendando e compreendendo que devem continuar sendo oferecidas. Se comparados esses resultados com o que entendemos como crítica à ausência de formação política nas escolas, concluímos que existe distância bastante expressiva entre o alto reconhecimento que o jovem faz da relevância desses conteúdos após tomarem contato com ele e a oferta dessas questões nas realidades escolares. Em relação a tal ponto, o debate sobre a formação política sempre passa por críticas associadas aos riscos de um processo de partidarização nas aulas, sobretudo por parte dos docentes. A avaliação dos alunos, no entanto, mostra que é possível pensar na neutralidade de professores que ministram cursos dessa natureza. Claro que idealmente um indicador dessa natureza deveria ser igual a 100% quando medida a concordância com a neutralidade dos professores, mas números próximos de 90% mostram ser possível atender preceito que combina com o conteúdo ministrado. As três sentenças finais apontam grau relevante de adesão aos impactos do curso na realidade dos estudantes. O conjunto total de afirmações testado aqui indica que o jovem reconhece a educação política como algo relevante, reforçando posições anteriormente apresentadas nas análises trazidas aqui sobre os jovens participantes dos cursos.

Na tabela 2, acerca de um novo e último conjunto de questões, mais uma vez é possível transformar posicionamentos dos respondentes em números associados a diferentes intensidades, ou índice de concordância – a lógica é idêntica à utilizada na bateria anterior.

TABELA 2. Índice de concordância com sentenças sobre percepções políticas

Sentença	Índice de concordância
Somos os responsáveis pelos resultados da política em nossa democracia	89,3%
Educação política deveria estar presente nas escolas	88,1%
Somos os responsáveis pelas nossas realidades e podemos muda-la pelo voto	79,7%
Devemos nos aproximar dos partidos políticos por sua importância	68,0%
A corrupção é o maior problema de nosso país e todos são responsáveis	63,2%
Legisladores devem realizar favores que o Poder Executivo não realiza	55,5%
A imprensa cumpre bem seu papel de informar a sociedade	51,4%
Os políticos são todos corruptos e a sociedade é vítima deles	47,8%
A educação no Brasil se preocupa com a formação de cidadãos plenos	44,0%

As temáticas desse conjunto se aproximam de forma mais clara dos objetivos desse artigo. Com concordância próxima dos 90 pontos percentuais temos duas questões que complementarmente mostram que além de reconhecerem as responsabilidades sobre a democracia os jovens entendem a necessidade de o conteúdo estar nas escolas. Ao todo, 189 dos 345 jovens que deram alguma resposta a essas duas questões as apontaram, ambas, com grau máximo de concordância. Ou seja: 55% deles concordam totalmente com as duas – “somos os responsáveis pelos resultados da política em nossa democracia” e “educação política deveria estar presente nas escolas”. Logo abaixo, com quase 80% de grau de concordância a percepção de que somos responsáveis pelas nossas realidades e podemos mudá-la por meio do voto – reforçando aspectos centrais da democracia representativa. Nesse sentido, para os entrevistados o índice de concordância com a necessidade de aproximação em relação aos partidos políticos é de 70%. Tal resultado, observado junto com a sensação de importância dada ao voto reforça aspectos centrais do sistema de representação política. Assim, a despeito do impacto dos cursos de política, que não podemos aqui dimensionar, parece que os jovens concordam, após discutirem temáticas caras à democracia, com muitos de seus aspectos centrais. Seriam as ações de educação política capazes de legitimar com maior intensidade a política em sua lógica tradicional e forma?

Para finalizar essa etapa do trabalho, com menos de dois terços de grau de concordância temos aspectos que podem ser visualizados de diferentes formas. Primeiramente, num cenário mais otimista, os jovens tendem a discordar em partes da ideia de que todos os políticos são corruptos, e a sociedade é vítima desse agrupamento. Fica, nesse caso, o sentimento de que aos olhos dos cidadãos entrevistados existe como separar bons e maus políticos. Reforça essa ideia o fato de 54 estudantes concordarem plenamente com a sentença e 129 discordarem totalmente dela. Ainda no que diz respeito ao conjunto final de frases, é possível interpretar de diferentes formas a ideia de que legisladores devem favores aos cidadãos (55%) e que a corrupção é o maior problema do país e todos somos responsáveis por isso (63%). Nesses dois casos os resultados podem ser vistos positiva e negativamente. Por fim, duas sentenças causam preocupação: é baixa, para os padrões da democracia, o índice de concordância com o trabalho da imprensa. Positivamente podemos até aferir que existe senso crítico entre os jovens, mas negativamente os órgãos de informação podem estar sofrendo com falta de legitimidade. Nesse caso, críticas mais severas ao papel das escolas na formação dos cidadãos, algo que ao longo de toda essa etapa de nosso trabalho merece críticas – por sinal a ausência do compromisso das escolas com a formação de

cidadãos é o resultado mais crítico apontado na tabela. Assim, se de um lado os jovens entendem que precisam de ações de educação política em suas vidas, por outro fica nítido que eles não enxergam a escola como o local que lhes oferece esse conteúdo. A conclusão possível de se obter com a análise dos dados dos formulários dos cursos de iniciação política é de que o jovem, impactado por debates dessa natureza e assumindo que as atividades lhes impactaram, passam a legitimar de forma mais clara a política formal, revelam interesse por ela, mas reconhecem que lhes faltam informações suficientes que não lhes são transmitidas nas escolas.

CONCLUSÃO

■ Parece possível afirmar que a pesquisa da FESPSP com jovens da cidade de São Paulo representa a opinião geral no que diz respeito à relação dos cidadãos com a política. As ideias dos entrevistados não parecem diferir muito de levantamentos mais amplos associados a outras faixas etárias e até mesmo a espaços geográficos maiores, como o país, por exemplo.¹⁶ Os jovens, nesse caso, apenas reproduziriam parte do que podemos entender como um traço de nossa cultura política. Destaque, nesse caso em especial, para o afastamento em relação aos partidos, confiança mais acentuada em organizações de defesa, controle e justiça, desconfiança mais elevada nas organizações associadas à democracia e baixos índices de envolvimento com organizações e movimentos sociais. Chama a atenção, no entanto, a aproximação com as manifestações ocorridas nas ruas desde 2013, pois o percentual de jovens que participou de alguma delas é elevado.

Não obstante, após impacto de nove horas de discussões sobre questões políticas, é possível verificar, complementarmente de acordo com a análise dos resultados do curso da Fundação Konrad Adenauer, que o jovem entende que a política é conteúdo fundamental para ser disseminado nas escolas.

Nesse sentido, a despeito de os jovens concordarem com a ideia de que precisam de informações políticas formais para se tornarem “melhores” eleitores, não existe, por parte dos currículos escolares de ensino médio e fundamental esse comprometimento – ao menos na visão dos próprios estudantes. Isso pode sugerir que parte da reprodução dos valores de afastamento e descrédito verificados na pesquisa da FESPSP é o resultado desse descompromisso das escolas com ações dessa natureza. A relação com os partidos políticos, detentores do monopólio de

16 Os levantamentos mais amplos aos quais nos referimos foram citados ao longo do artigo. Ver notas 13 e 17.

candidaturas e senhores dos órgãos de representação política formal do país é emblemático nesse caso. Ao mesmo tempo em que os estudantes que passaram pela atividade de formação política, passam a entender que se aproximar dessas organizações pode representar algo relevante, nos dois levantamentos o afastamento e a desconfiança em relação a elas ficam nítidos.

Diante de tais resultados uma compreensão possível é a de que se a educação política não gera aumento imediato da confiança dos jovens cidadãos nas instituições políticas típicas, ao menos, os fazem perceber a importância da informação e do conhecimento específico sobre política como elemento indispensável na qualificação do voto, sinônimo de exercício da cidadania nas democracias representativas.

Os dados também sugerem que ações de formação política devem atentar ao fato de que a realidade é insólita quanto ao caráter participativo da democracia brasileira e que, embora haja um ambiente favorável à manifestação pública, ainda são desfavoráveis os percentuais de participação dos jovens nos partidos políticos e nos movimentos sociais que, embora pareçam estar aquém, em seus programas e práticas, de corresponder aos anseios da juventude, ainda são, no país, as instituições formais aptas a disputar poder representativo e participativo, respectivamente. E, se alguma mudança virá a ocorrer em seus programas e práticas, isto dependerá da atitude de seus atuais e novos participantes.

Não obstante, o desafio, a partir de tais compreensões, seria responder a novas questões que surgiram ao longo do estudo e aprimorar o nível de interação entre as pesquisas aqui analisadas, permitindo a obtenção de conclusões mais claras acerca do objeto estudado. De todo modo, parece ficar evidente que confiança e participação são variáveis dependentes e, que num ambiente de opiniões desfavoráveis às instituições democráticas, a educação política como prática formal nas escolas parece ser indispensável.

HUMBERTO DANTAS · Cientista social, mestre e doutor em Ciência Política pela USP. Professor e pesquisador do Insper, coordenador do curso de pós-graduação em Ciência Política da FESPSP. Ao longo dos últimos 12 anos participou diretamente de mais de 300 cursos livres de educação política, com destaque para a coordenação de atividades da Fundação Konrad Adenauer em São Paulo.

RODRIGO ESTRAMANHO DE ALMEIDA · Bacharel em Sociologia e Política pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo (ESP) é mestre e doutorando em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Atualmente é professor e pesquisador na Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP).

REFERÊNCIAS

- BRASIL. *Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm Acessado em: mar.2015
- BAQUERO, Marcello. Cultura política participativa e desconsolidação democrática: reflexões sobre o Brasil contemporâneo. *São Paulo em perspectiva*, São Paulo, v.4, a.15 p. 98-104, 2001.
- CHAUÍ, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abrama, 2000.
- DA MATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.
- DAHL, Robert. *Sobre a democracia*. Brasília: UnB, 2001.
- DANTAS, Humberto. Educação Política: reflexões Sobre um Pilar da Democracia. *Liberdade e Cidadania*. Rio Grande do Sul, a. 3, n. 9, jul.-set., 2010. Disponível em: http://www.flc.org.br/revista/materias_view6505.html?id=%7B38C47EC4-FBAD-4DEB-8DDF-60079028061F%7D. último acesso em fev.2015
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Editora Globo, 2001.
- GOHN, Maria da Glória. *Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo*. São Paulo: Vozes, 2014.
- MOISÉS, José Álvaro. Cidadania, confiança e instituições democráticas. *Lua Nova*, São Paulo, n. 65, p. 71-94, 2005.
- _____. A desconfiança nas instituições democráticas. *Opinião Pública*, Campinas, v. 11, n. 1, p. 33-63, 2005.
- O'DONNELL, Guillermo. Democracia delegativa? *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 31, 1991.
- ORTELLADO, Pablo.; JUDENSNAIDER, Elena.; LIMA, Luciana.; POMAR, Marcelo. *Vinte centavos: a luta contra o aumento*. São Paulo: Veneta, 2013.
- SANI, G. Participação política. In: BOBBIO, N. (org.). *Dicionário de política*, v.2. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998, p.888-890.
- SCHLEGEL, Rogério. *Educação e comportamento político: os retornos políticos decrescentes da escolarização brasileira*. Tese. Doutorado em Ciência Política. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2010.
- VIRGINIO, Alexandre Silva. Educação e sociedade democrática: interpretações sociológicas e desafios à formação política do educador. *Sociologias*, v.14, n.29, Porto Alegre, Jan.-Apr., 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-45222012000100008&script=sci_arttext. último acesso em fev.2015